



294

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0294566-0

APELANTES: Estado de Pernambuco e Severino Izídio dos Santos Filho

APELADOS: Os Mesmos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. ATUAÇÃO POLICIAL. MORTE. DEVER DO ESTADO DE INDENIZAR POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VERBA HONORÁRIA FIXADA EM MONTANTE EXAGERADO. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de reexame necessário e apelações cíveis em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que julgou procedente a 'ação de indenização por morte cumulada com perdas e danos morais e materiais' proposta por Severino Izídio dos Santos Filho contra o Estado de Pernambuco, tendo em vista a morte de seu filho menor, no âmbito de abordagem policial. 2. No contexto dos autos, verificou-se não pender controvérsia quanto ao fato de que a morte do filho do autor aconteceu no âmbito de uma atuação policial. 3. As informações do Inquérito Policial instaurado para apurar os fatos subjacentes à lide – que, ao fim e ao cabo, confirmam e complementam a versão autoral de tais fatos – evidenciam que a atuação policial na espécie, nos termos em que realizada, foi inadequada. 4. Isso porque, muito embora tenha havido uma desconfiança, por parte da autoridade policial, de que o filho do autor não obedeceria à ordem de parada, nada há nos autos que indique que o mesmo tenha atuado ofensivamente contra os policiais. 5. Nesse contexto, é de se concluir que a situação não demandava atuação nos moldes em que empreendida – com os policiais atirando contra o filho do autor –, mormente quando se tratava de abordagem policial relacionada com o cometimento de infrações de leis de trânsito. 6. *In casu*, a situação fática, tal como extraída das provas dos autos, denota a atuação administrativa (policial) inadequada e causadora de incontestáveis danos ao autor, materiais e morais, haja vista a perda de um filho ainda bastante jovem (16 anos). 7. No que pertine ao dano material, a condenação do Estado réu merece ser mantida, porque em perfeita consonância com a jurisprudência atual em casos dessa natureza. 8. Merece ser mantida, assim, a condenação ao pagamento da despesa funerária comprovada nos autos, no valor de R\$ 59,20 (cinquenta e nove reais e vinte centavos). 9. Por outro lado, em termos de danos morais, a condenação fixada em 1º grau – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – afigura-se razoável e adequada, à luz dos parâmetros que vêm sendo adotados em casos do gênero. 10. No âmbito da sucumbência, a condenação do Estado de Pernambuco ao pagamento de honorários advocatícios no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), afigura-se exagerada, à luz de uma apreciação equitativa, e tendo em conta os parâmetros das alíneas do §3º do art. 20 do CPC, razão pela qual merece ser reduzida para 10% sobre o valor da condenação. 11. Apelo parcialmente provido, prejudicados os apelos voluntários, apenas para reduzir a condenação na verba honorária para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.



245

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2º CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0294566-0, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicados os apelos voluntários, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0294566-0

APELANTES: Estado de Pernambuco e Severino Izídio dos Santos Filho

APELADOS: Os Mesmos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelações cíveis** em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que julgou **procedente** a 'ação de indenização por morte cumulada com perdas e danos morais e materiais' proposta por **Severino Izídio dos Santos Filho** contra o **Estado de Pernambuco**, tendo em vista a morte de seu filho menor, no âmbito de abordagem policial.

A sentença apelada condenou o Estado de Pernambuco a pagar ao autor "*pensão de um salário mínimo, a partir da data da morte da vítima, até a data em que a vítima completaria 25 anos e, a partir daí, o valor reduzido a 1/3 (um terço), até quando completaria 65 anos de idade*", e, bem assim, a quantia de R\$ 50.059,20 (cinquenta mil e cinquenta e nove reais e vinte centavos), sendo R\$ 59,20 (cinquenta e nove reais e vinte centavos) a título de danos materiais, e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por danos morais – nos termos de decisão aclaratória da sentença.

No âmbito da sucumbência, o Estado de Pernambuco restou condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O Estado de Pernambuco apelou (i) alegando a inexistência de comprovação dos fatos alegados; (ii) suscitando a ausência de prova dos danos; (iii) afirmando a culpa da vítima; (iv) pugnando pela redução da condenação por danos morais; e (v) postulando pela moderação da fixação dos honorários.

O autor, por seu turno, apelou pedindo a majoração do *quantum* indenizatório por dano moral, como também do valor fixado a título de pensão.

Contra-razões do autor (ao apelo do Estado) às fls. 204/224, e do Estado (ao apelo do autor) às fls. 194/201.

O Ministério Público em 2º grau absteve-se de se pronunciar sobre o mérito da lide, por não vislumbrar interesse público que ensejasse a sua intervenção no feito (fl. 235).

É o que de relevante se tem a relatar.

À douta revisão, para oportuna inclusão em pauta.

Recife, 05 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0294566-0

APELANTES: Estado de Pernambuco e Severino Izídio dos Santos Filho

APELADOS: Os Mesmos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

Trata-se de **reexame necessário e apelações cíveis** em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que julgou **procedente** a 'ação de indenização por morte cumulada com perdas e danos morais e materiais' proposta por **Severino Izídio dos Santos Filho** contra o **Estado de Pernambuco**.

A ação subjacente tem como causa de pedir a morte do filho do autor, Fábio Oliveira dos Santos, em 5 de julho de 1998, quando contava 16 anos, no âmbito de abordagem policial.

O autor afirmou, em sua peça inicial, que o seu filho estaria se dirigindo ao feirão de automóveis realizado sob o Viaduto Joana Bezerra, na cidade de Recife, para realizar a venda de sua motocicleta, quando um agente policial de uma guarnição do Batalhão de Polícia de Trânsito - BPTran, que se encontrava na Av. Agamenon Magalhães, teria sinalizado "*para o menor encostar para apresentação de seus documentos*".

Aduziu que "*ao fazer [o seu filho] o retorno para parar no local determinado pela autoridade policial, o SOLDADO MILITAR DANIEL GOMES DO NASCIMENTO, inadvertidamente, desfechou-lhe um tiro pelas costas*", causando a morte de Fábio minutos depois.

Relatou que seu filho teria chegado a ser removido para o Hospital da Restauração, e lá admitido como vítima de acidente de trânsito, porque essa teria sido a informação dada pelos policiais, "*tentando omitir o fatídico acontecimento*".

Noticiou ainda que os policiais militares envolvidos na atuação policial em tela teriam sido indiciados em inquérito instaurado pela PM/PE, de que teria derivado a denúncia criminal do Soldado Militar Daniel Gomes do Nascimento, o autor do disparo, por crime de lesão corporal seguida de morte e dos demais policiais por co-autoria na lesão corporal seguida de morte.

Em vista disso, propôs a ação subjacente, objetivando "*a condenação do Réu ao pagamento dos gastos despendidos com transporte, funeral, luto, etc*"; "*a condenação do Réu ao pagamento de uma pensão alimentícia ao autor num quantum estimável, multiplicando-se o valor de 04 (quatro) salários mínimos nacional pela quantidade de meses que a vítima completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade*"; indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado pelo Juízo; e condenação do Estado em custas e honorários advocatícios.



267

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

A sentença apelada condenou o Estado de Pernambuco a pagar ao autor "*pensão de um salário mínimo, a partir da data da morte da vítima, até a data em que a vítima completaria 25 anos e, a partir daí, o valor reduzido a 1/3 (um terço), até quando completaria 65 anos de idade*", e, bem assim, a quantia de R\$ 50.059,20 (cinquenta mil e cinquenta e nove reais e vinte centavos), sendo R\$ 59,20 (cinquenta e nove reais e vinte centavos) a título de danos materiais, e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por danos morais – nos termos de decisão aclaratória da sentença.

No âmbito da sucumbência, o Estado de Pernambuco restou condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Ambas as partes apelaram.

O Estado de Pernambuco, (i) alegando a inexistência de comprovação dos fatos alegados; (ii) suscitando a ausência de prova dos danos; (iii) afirmando a culpa da vítima; (iv) pugnando pela redução da condenação por danos morais; e (v) postulando pela moderação da fixação dos honorários.

O autor, por seu turno, pedindo a majoração do *quantum* indenizatório por dano moral, como também do valor fixado a título de pensão.

Pois bem.

Verifico, no contexto dos autos, não pender controvérsia quanto ao fato de que a morte do filho do autor aconteceu no âmbito de uma atuação policial.

Primeiramente, observa-se que a certidão de óbito do Fábio Oliveira dos Santos registra como causa da morte "*choque decorrente de ferimento transfixante de tronco por instrumento perfuro-contundente (projétil de arma de fogo)*" "HOMICÍDIO".

Destaca-se, ainda, no caderno probatório, a cópia do Inquérito Policial Militar instaurado em decorrência da informação, do Oficial de Operações ao Subcomandante, em 6 de julho de 1998, de que uma guarnição do 1º BPTran – composta pelo Cb Joanielson Marques da Silva, pelo Sd Osmário Batista de Souza, pelo Sd Sílvio Gregório de Lima e Sd Daniel Gomes do Nascimento – estaria sendo acusada de homicídio.

O IPM em questão concluiu pela ocorrência de "*crime de natureza militar, previsto no Código Penal Militar, eis que o Soldado (...) Daniel Gomes do Nascimento infringiu o que preceitua o Artigo 209, parágrafo 3º (LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE) e o demais Cabo (...) Joanielson Marques da Silva, Soldado (...) Osmário Batista de Souza e o Soldado (...) Sílvio Gregório de Lima, infringiram o capitulado no Artigo 209, parágrafo 3º, combinado como Artigo 53 Caput (CO-AUTORIA NA LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE)*", e disso resultou o oferecimento de denúncia (nº 916/98) pelo Ministério Público.

No ponto, merece ser transcrito trecho da 'parte conclusiva' do Relatório do IPM:





247

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

De tudo assim exposto, conclui-se que o fato ocorreu da seguinte forma: no dia 05 de julho do corrente ano (Domingo), por volta das 11:50 horas, a guarnição PC-2800, viatura patrimônio 17114, composta pelos Policiais Militares: Cabo (...) JOANILSON MARQUES DA SILVA, Soldado (...) DANIEL GOMES DO NASCIMENTO, Soldado (...) OSMÁRIO BATISTA DE SOUZA, Soldado (...) SILVIO GREGÓRIO DE LIMA, efetuava rondas pela Av. Agamenon Magalhães, cumprindo roteiro do convênio EMTU/PMPE.

(...)

Nesse momento, o soldado DANIEL percebeu uma motocicleta aproximando-se e mudando de faixa com os faróis apagados, configurando assim infração gravíssima, capitulada no Art. 244 – Inciso IV/do Código de Trânsito Brasileiro, passível de apreensão da carteira nacional de Habilitação, motivo pelo qual o Soldado DANIEL resolveu abordar o condutor da referida moto, quando este parou no semáforo da Av. Agamenon Magalhães com Rua Leopoldo Lins. Ao aproximar-se da motocicleta o Soldado DANIEL verificou, ainda, que a placa da moto encontrava-se dobrada e a lanterna traseira quebrada, assim como, não estava com a chave na ignição. Diante destes fatos, o soldado DANIEL mandou o condutor da moto retornar pela faixa da direita e parar próximo à viatura. Não obedecendo, o condutor da moto retornou pela esquerda, ou seja, na faixa contrária à que estava a viatura, sendo esta atitude interpretada pelo Soldado DANIEL como a de que o condutor não iria parar; tanto é que ele ainda apitou por duas vezes na intenção de que o condutor parasse sua moto; nesse momento, o Soldado DANIEL sacou da sua arma (...) e efetuou um único disparo, de advertência segundo declaração do Soldado DANIEL, de fls. 118/, 119/ e 120, disparo esse que veio a atingir o menor FÁBIO OLIVEIRA DOS SANTOS que, ao ser atingido, caiu juntamente com a sua moto. Ao perceber que atingira o menor o Soldado DANIEL correu até o mesmo, enquanto o cabo JOANILSON determinou que se efetuasse o socorro, tendo o Soldado Gregório ido ao auxílio do Soldado DANIEL, enquanto o Soldado OSMÁRIO ligou a viatura e os outros colocaram o menor dentro dela e o conduziram ao Hospital da Restauração, não gastando mais que cinco (05) minutos nesse deslocamento; ao chegar àquele nosocômio, fizeram a entrega do menor, ainda com vida, ao pessoal de serviço no hospital sem, contudo, elaborarem qualquer documento, isto é, Relatório de Ocorrência Policial (ROP) ou comunicação do fato; às 12:20 horas, viria a falecer a vítima, o menor FÁBIO OLIVEIRA DOS SANTOS, tendo o horário da morte sido atestado conforme ofício nº 201/98, datado de 21/07/98, expedido por aquele nosocômio, de fls. 124.

Tais informações – que, ao fim e ao cabo, confirmam e complementam a versão autoral dos fatos subjacentes à lide – evidenciam que a atuação policial na espécie, nos termos em que realizada, foi inadequada.

Isso porque, muito embora tenha havido uma desconfiança, por parte da autoridade policial, de que Fábio não obedeceria à ordem de parada, nada há nos autos que indique que o mesmo tenha atuado ofensivamente contra os policiais.

Nesse contexto, é de se concluir que a situação não demandava atuação nos moldes em que empreendida – com os policiais atirando contra o filho do autor –, mormente quando se tratava de abordagem policial relacionada com o cometimento de infrações de leis de trânsito.



248

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Como cediço, o Estado é responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros (art. 37, §6º, CF), bastando que a vítima demonstre o ato lesivo, o dano experimentado e o nexo causal entre aquele e o dano.

In casu, a situação fática, tal como extraída das provas dos autos, denota a atuação administrativa (policial) inadequada e causadora de incontestáveis danos ao autor, materiais e morais, haja vista a perda de um filho ainda bastante jovem (16 anos).

No que pertine ao **dano material**, a condenação do Estado réu ao pagamento, à autora, de um (1) salário mínimo, *"a partir da data da morte da vítima, até a data em que a vítima completaria 25 anos e, a partir daí, o valor reduzido a 1/3 (um terço), até quando completaria 65 anos de idade"*, merece ser mantida, porque em perfeita consonância com a jurisprudência atual em casos dessa natureza.

Também merece ser mantida a condenação ao pagamento da despesa funerária comprovada nos autos (fl. 76), no valor de R\$ 59,20 (cinquenta e nove reais e vinte centavos).

Por outro lado, para a fixação do *quantum* indenizatório, em termos de **danos morais**, deve o julgador, utilizando-se do princípio da razoabilidade e de seu prudente arbítrio, fixar uma quantia que seja compatível com a reprovabilidade da conduta, a intensidade e duração do sofrimento da vítima, a capacidade econômica do causador do dano, bem como as condições sociais do ofendido.

In casu, de um lado se encontra o Poder Público como causador do dano; do outro, como ofendido, um particular, um mecânico; e o dano, conforme registrado supra, é representado pelo sofrimento desta pela perda de um filho em idade muito jovem.

Considerando esses fatores e não olvidando que a condenação decorrente de responsabilidade civil se destina também a inibir que a conduta lesiva se repita, tenho que a condenação fixada em 1º grau – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – afigura-se razoável e adequada, à luz dos parâmetros que vêm sendo adotados em casos do gênero.

Por outro lado, no âmbito da sucumbência, tenho que a condenação do Estado de Pernambuco ao pagamento de honorários advocatícios no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), afigura-se exagerada, à luz de uma apreciação equitativa, e tendo em conta os parâmetros das alíneas do §3º do art. 20 do CPC, razão pela qual reduzo-a para 10% sobre o valor da condenação.

Diante das razões expostas, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicados os apelos voluntários, apenas para reduzir a condenação na verba honorária para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



250

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível e Reexame Necessário nº. 0294566-0
Remetente: Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública do Recife
Apelantes: Estado de Pernambuco e Outro
Procurador: Francisco Mário Medeiros Cunha Melo
Apelados: Severino Izídio dos Santos Filho e Outro
Advogado: Antônio Faria de Freitas Neto
Relator: Des. Francisco Bandeira de Mello
Revisor: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DE REVISÃO

Cuida o presente caso de reexame Necessário e apelações cíveis que pairam sobre a sentença prolatada nos autos da ação Ordinária de Indenização por Morte c/c Perdas e Danos Morais e Materiais nº 0023207-46.2001.8.17.0001, pela qual pretendeu o autor a condenação do Estado de Pernambuco no pagamento dos gastos despendidos com transporte, funeral, luto, etc, bem como no pagamento de pensão alimentícia em favor do autor num quantum estimável, multiplicando-se o valor por quatro salários mínimos nacional pela quantidade de meses que a vítima completaria 65 anos de idade, ainda, indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Ao sentenciar o feito, o togado monocrático resolveu a questão julgou procedente o pedido para, em consequência, condenar o demandado a pagar ao autor pensão de um salário mínimo, a partir da data da morte da vítima, até a data em que a vítima completaria 25 anos e, a partir de então, o valor reduzido a 1/3, até quando completaria 65 anos de idade. Condenando-o também, a pagar o importe de R\$ 50.059,20 (cinquenta mil, cinquenta e nove reais e vinte centavos) sendo R\$ 59,20 (cinquenta e nove reais e vinte centavos) a título de danos materiais e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais, tudo devidamente aclarado na decisão proferida na sede dos Embargos Declaratórios, conforme se vê às fls. 158/158v.

Com efeito, vale ressaltar que a propositura da ação indenizatória se originou por conta da morte do filho do autor, que na época contava com 16 anos de idade, vítima de disparo de arma de fogo do policial militar de nome Daniel Gomes do Nascimento, referendando

03 - RN/AC 0294566-0

Praça da República, s/n, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.



251

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

que no momento do fato, seu filho, Fábio Oliveira dos Santos, dirigia-se ao feirão de automóveis realizado sob o Viaduto Joana Bezerra, com o intuito de efetivar a venda de sua motocicleta, ocasião em que o predito policial militar, na Avenida Agamenon Magalhães, teria sinalizado determinando que o menor encostasse para apresentação de seus documentos. Ato contínuo, diz os autos, que o menor ao fazer o retorno para parar no local determinado, a autoridade policial, de forma inadvertida, desferiu-lhe um tiro pelas costas, causando a morte daquele.

Em sua peça apelatória, o Estado de Pernambuco assevera, em síntese, inexistir a comprovação dos fatos narrados no exórdio e ausência da prova dos danos, postulando, para o caso de manutenção da condenação, por sua redução e, bem assim, da verba advocatícia.

Por sua vez, a parte autora busca, em suma, na sede do recurso interposto, a majoração da condenação.

Tenho que o *decisum*, ora reexaminado, não merece qualquer reforma quanto à condenação concernente aos danos morais e materiais, uma vez que o Estado de Pernambuco fora ineficaz em elidir os argumentos posto na peça vestibular e, bem assim, pelo fato da condenação da parte ré, no que diz respeito ao dano material, encontrar-se em perfeita harmonia com a jurisprudência dos Tribunais, como também, em face do documento inserido às fls. 79, que comprova a despesa do funeral da vítima/menor.

O valor arbitrado a título de dano moral, ou seja, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), também deve ser mantido, uma vez que fora fixado em perfeita harmonia com o princípio da razoabilidade, restando afigurado, por consequência, seu caráter inibidor de reincidência da conduta reprovável do Estado.

Por fim, relativamente aos honorários advocatícios arbitrados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tenho que o mesmo se afasta da devida proporcionalidade, considerando, inclusive, o valor da condenação relativa aos danos morais e materiais e, por assim ser, devem os mesmos ser reduzidos, com a devida observância do § 3º, do art. 20 do Código de Processo Civil.

03 - RN/AC 0294566-0

Praça da República, s/n, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.

2



292

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Assim, em face do exposto, voto no sentido de prover parcialmente ao reexame necessário para, em consequência, reduzir a verba advocatícia para 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da condenação. Prejudicados os apelos voluntários.

É como voto.

Recife, 22 de 05 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Revisor